

*BOLETIM GLOBAL DO
CENTRO DE ESTUDOS EM
POLÍTICA GLOBAL DO INSTITUTO
BRASILEIRO DE ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E PESQUISA*

Apresentação

Saudamos a criação, no IDP, do Centro de Estudos em Política Global (CEPG), grupo acadêmico voltado à pesquisa e difusão de conhecimento sobre temas internacionais contemporâneos, que vem enriquecer esta área essencial da política pública brasileira.

Melhor ainda, quando o Centro criou um Boletim para difundir suas análises críticas sobre os desafios e as transformações da política mundial em áreas como governança global, direitos humanos, clima, migrações e economia internacional.

Os debates e eventos com especialistas nacionais e internacionais vêm contribuindo para a análise, desde o Sul Global, sobre os rumos da ordem internacional, explorando os impactos da multipolaridade, das novas tecnologias e das crises globais sobre as sociedades e o Estado. Estas reflexões passam agora a ser veiculadas no Boletim.

Um especialista renomado nestas questões, Rafael França, é o editor deste benvindo Boletim que vai enriquecer substancialmente o debate brasileiro.

Aqui do Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS na Fiocruz aplaudimos a iniciativa, desde já incorporada à leitura obrigatória de nossos professores e alunos.

Vida longa e produtiva ao Boletim!

Prof Emerito Paulo M. Buss

Diretor do CC/OMS na Fiocruz

O Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) lança o Centro de Estudos em Política Global (CEPG), um grupo acadêmico dedicado à pesquisa e à difusão de conhecimento sobre temas internacionais contemporâneos. Com base em perspectivas críticas, decoloniais e interdisciplinares, o CEPG busca compreender os desafios e transformações da política mundial, abordando temas como governança global, direitos humanos, mudanças climáticas, migrações e economia internacional.

Sediado no IDP, o Centro promove debates, informes mensais e eventos com especialistas nacionais e internacionais. Seu objetivo é contribuir para uma análise situada, desde o olhar do Sul Global, sobre os rumos da ordem internacional, explorando como a multipolaridade, as novas tecnologias e as crises globais afetam as sociedades e o papel do Estado.

A cada mês, o grupo publicará informes temáticos produzidos por suas alunas e alunos, sob a coordenação do professor Rafael Gomes França. O primeiro informe analisa a Semana do Clima e a 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), realizadas em setembro, em Nova Iorque. A pesquisa combina o monitoramento da imprensa brasileira e internacional com entrevistas em áudio enviadas por integrantes da delegação brasileira, trazendo não apenas agendas e resultados, mas também impressões sobre o cenário político atual, os desafios e as perspectivas para o Brasil e para o multilateralismo.

O grupo agradece a Gustavo Westmann, Júlia Miras, Letícia Cardoso, Marina Pittella, Nelson Linhares e Pedro Mariano, que compartilharam suas percepções e experiências por meio de áudios enviados de Nova Iorque. Em especial, expressamos nosso reconhecimento a Carolina Costellini, que participou de um bate-papo presencial com o grupo, contribuindo com uma entrevista de uma hora que enriqueceu o debate ao oferecer uma análise profunda e generosa sobre os bastidores e os desafios da diplomacia brasileira.

Esperamos que a comunidade acadêmica do IDP acompanhe com interesse e se engaje nas reflexões promovidas por este novo espaço de pesquisa e diálogo sobre os desafios da política global contemporânea.

Boa leitura!

Rafael Gomes França

Súmano

Introdução.....	6
A reforma do Conselho de Segurança e a renovação do multilateralismo em um contexto de crise global.....	7
Saúde, política e poder: o Brasil na encruzilhada do multilateralismo em crise.....	9
Belém no centro da agenda climática internacional.....	10
O multilateralismo em crise e a urgência da Agenda 2030.....	15
A diplomacia dos bastidores: BRICS, IBAS e o papel do Brasil em um cenário de múltiplas presidências.....	16
Entre Gaza e Kiev: a União Europeia diante das novas fronteiras da paz e da segurança global.....	18
Perspectivas e Desafios.....	20
Referências Bibliográficas.....	21

Boletim Global nº1

Brasil na 80ª Assembleia Geral da ONU: Diplomacia, Reforma Multilateral e Preparação para a COP30

Brazil at the 80th United Nations General Assembly: Diplomacy, Multilateral Reform, and Preparation for COP30

Rafael Gomes França, Bianca Melo Lettieri, Carolina Moreira de Figueiredo, Júlia Azevedo Barroso, Natália Seifert Grala e Thaís Alcantara de Marrocos

Resumo:

Nova Iorque sediou, em setembro de 2025, a 80ª Assembleia Geral da ONU e a Semana do Clima, marcadas por debates sobre reforma institucional, crise do multilateralismo e justiça climática. O Brasil reafirmou seu protagonismo ao defender um multilateralismo mais justo e inclusivo, articulando temas como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), a reforma do Conselho de Segurança e a preparação para a COP30. A presença brasileira evidenciou o equilíbrio entre diplomacia política e cooperação técnica, projetando o país como mediador entre o Norte e o Sul Global em um cenário de crescente polarização internacional.

Palavras-chave: Assembleia Geral das Nações Unidas; Multilateralismo; Diplomacia brasileira.

Abstract:

New York hosted the 80th United Nations General Assembly and Climate Week in September 2025, marked by debates on institutional reform, the crisis of multilateralism, and climate justice. Brazil reaffirmed its leadership by advocating for a fairer and more inclusive multilateralism, advancing discussions on the Tropical Forests Forever Fund (TFFF), the reform of the Security Council, and preparations for COP30. The Brazilian presence highlighted the balance between political diplomacy and technical cooperation, positioning the country as a mediator between the Global North and South amid a context of growing international polarization.

Keywords: United Nations General Assembly; Multilateralism; Brazilian Diplomacy.

Introdução

Em setembro, Nova Iorque voltou a ser o epicentro da política internacional com a realização de dois eventos de grande relevância: a 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e a Semana do Clima. Reunindo chefes de Estado, diplomatas, pesquisadores e representantes da sociedade civil, ambos os fóruns mobilizaram o debate em torno dos grandes dilemas contemporâneos: da crise climática à governança digital, dos desafios da saúde global à reforma do sistema multilateral.

A edição de 2025 ocorreu em um contexto de instabilidade e incerteza. O multilateralismo atravessa um período de desgaste profundo, marcado por restrições orçamentárias da ONU, retração do financiamento norte-americano e uma crise de legitimidade das instituições internacionais. Poucos dias antes da abertura oficial, o secretário-geral António Guterres apresentou uma proposta abrangente de reforma institucional, voltada a modernizar as estruturas da organização e recompor sua capacidade de resposta diante das crises globais. A iniciativa, contudo, revelou divisões entre Estados-membros e reacendeu o debate sobre o equilíbrio de poder dentro do sistema das Nações Unidas.

Como de costume, o Brasil abriu o segmento de alto nível da Assembleia, reafirmando seu papel histórico no multilateralismo e sua tradição de defesa do diálogo, da paz e do desenvolvimento sustentável. Em seu discurso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a urgência de um multilateralismo mais justo, inclusivo e eficaz, enfatizando que “a ONU precisa voltar a ser um instrumento de esperança, não um espelho das desigualdades”. A fala foi amplamente reconhecida por sua clareza política e por recolocar o Brasil no centro das discussões sobre os rumos da governança global em um momento de redefinição das relações internacionais.

Segundo Gustavo Westmann, assessor internacional da Secretaria-Geral da Presidência da República, o discurso do presidente Lula foi especialmente pertinente diante de um cenário em que o multilateralismo enfrenta seu maior desafio em décadas. Ele ressaltou também a amplitude e a consistência da agenda paralela conduzida pelo Brasil, que articulou diplomacia política e cooperação técnica em diferentes frentes. Entre os destaques, mencionam-se a reunião sobre a criação de dois Estados para a Palestina, o lançamento do Fundo Florestas

Tropicais para Sempre (TFFF), os debates sobre democracia e sobre a ampliação das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)¹, além de uma densa programação de encontros bilaterais e multilaterais liderados pela delegação brasileira.

Entre os episódios mais comentados da semana esteve o breve encontro entre Lula e Donald Trump, ocorrido em um dos intervalos das reuniões de alto nível. O gesto, ainda que informal, chamou a atenção pela cordialidade e pela curiosa “química” entre os dois líderes, um contraste com o histórico de divergências políticas e retóricas que marcaram suas trajetórias. O episódio foi amplamente repercutido pela imprensa internacional, que interpretou o diálogo como um sinal de pragmatismo diplomático e de disposição brasileira para dialogar com diferentes espectros do cenário global.

No plano interno, o contexto político doméstico projetava desafios adicionais. O chamado “tarifaço”, que havia tensionado as relações comerciais e políticas com os Estados Unidos, gerava cautela nas negociações bilaterais. Ao mesmo tempo, a proximidade da COP30, a ser realizada em Belém, em 2025, aumentava as expectativas quanto ao papel do Brasil como articulador de agendas climáticas e de justiça ambiental no Sul Global.

A presença brasileira na AGNU e na Semana do Clima reafirmou o compromisso do país com a diplomacia ambiental, a justiça climática e a cooperação internacional, pilares centrais para a construção de uma nova arquitetura global baseada em ética, solidariedade e resultados concretos.

A reforma do Conselho de Segurança e a renovação do multilateralismo em um contexto de crise global

Em meio à crise que atravessa o sistema multilateral, a reforma do Conselho de Segurança voltou a ocupar posição central nas discussões da 80ª AGNU. Em seu discurso sobre as prioridades das Nações Unidas para 2025, o secretário-geral, António Guterres, classificou o tema como uma das pautas mais urgentes, ressaltando a necessidade de adaptar a governança global às transformações geopolíticas contemporâneas².

¹As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) estão no cerne do Acordo de Paris e da consecução de seus objetivos de longo prazo. As NDCs representam os esforços de cada país para reduzir as emissões nacionais e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas. Acordo de Paris exige que cada parte prepare, comunique e mantenha contribuições nacionalmente determinadas sucessivas que pretenda alcançar. As partes devem adotar medidas nacionais de mitigação, com o objetivo de atingir os objetivos de tais contribuições.

² <https://brasil.un.org/pt-br/287496-prioridades-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-para-2025>

O Conselho de Segurança é composto por quinze países, sendo cinco membros permanentes, China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos, que detêm poder de veto, e dez membros rotativos, eleitos para mandatos de dois anos. Sua configuração atual reflete a correlação de forças estabelecida no pós-Segunda Guerra Mundial, tendo sofrido apenas uma alteração significativa em 1965, quando o número de assentos rotativos foi ampliado de seis para dez. Essa estrutura tem sido alvo de críticas recorrentes, sobretudo pela concentração de poder nas mãos dos membros permanentes, cuja discordância individual pode vetar qualquer decisão, e pela insuficiente representatividade de países da África e da América Latina nos processos decisórios³.

O presidente Lula defendeu, em seu discurso de abertura, o multilateralismo, consagrando que o mundo atual se encontra em desordem e as ações unilaterais são razões disso. Portanto, este afirma que há necessidade de uma reformulação no sistema atual do conselho e ainda reforça a importância de dar visibilidade às questões do Sul Global. Tal posicionamento adotado pelo líder nacional é constante, pois este fez o mesmo apontamento durante a abertura da Reunião Ministerial do G20⁴, onde critica a falta de representatividade nas organizações internacionais e sugere que o estatuto e composição da ONU sejam revisitados, por meio de uma conferência. Essa proposição, no entanto, foi tida como irrealista, por conta da necessidade de uma alta aprovação, que corresponde a dois terços dos 193 membros, e ainda do consentimento de 9 membros do CSNU.

Ademais, nesse sentido, é de se ressaltar a importância do IBAS, fórum de diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul, como parte estratégica na reforma do CSNU, assunto mencionado pela diplomata Carolina Costellini durante entrevista. Essa iniciativa trilateral é fundamentada pela colaboração Sul-Sul e, portanto, implica em uma cooperação, que resulta em posições comuns nos assuntos de importância internacional. Isso pôde ser visualizado na reunião estratégica do grupo, em 26 de setembro, onde os ministros dos três países membros apoiam a reforma citada, em prol de uma representação democrática, que apoie a realidade do cenário geopolítico, admitindo necessária a convocação de uma conferência de revisão, nos termos do artigo 109 da Carta de São Francisco⁵.

³<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/paz-e-seguranca-internacionais/organizacao-das-nacoes-unidas/conselho-de-seguranca-da-onu/reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu>

⁴<https://www.gov.br/g20/pt-br/noticias/boletim-g20/boletim-g20-ed-273-no-g20-lula-defende-reforma-urgente-da-governanca-global>

⁵ <https://www.gov.br/mre/pt-br/13o-encontro-da-comissao-ministerial-trilateral-do-ibas-comunicado-de-imprensa>

No entanto, as questões debatidas acerca dessa formulação não são recentes e é incerto que haja uma mudança efetiva. As tentativas para implementação dessa mudança foram, em sua maioria, falhas, isto é, não conseguiram grandes alterações. Nessa perspectiva, o Brasil vem, desde os anos 2000, apresentando sua posição acerca dessa mudança, o que pôde ser notado pela sua participação no G4, formado pela Alemanha, Brasil, Índia e Japão, países que trouxeram a pauta para o debate geral, em 2005, buscando ampliar o número de membros do conselho.

Saúde, política e poder: o Brasil na encruzilhada do multilateralismo em crise

A participação brasileira da delegação da saúde foi atravessada por tensões diplomáticas e desafios institucionais no campo da saúde global. A ausência do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, gerou repercussão entre delegações e organismos internacionais. Embora o visto norte-americano tenha sido formalmente concedido, ele foi emitido com restrições incomuns, como a proibição de deslocamento além de cinco quarteirões da sede da ONU, e entregue apenas dois dias antes da data prevista para a viagem, o que inviabilizou a logística da missão. O episódio foi amplamente interpretado como uma forma de retaliação política ao programa Mais Médicos, refletindo o uso de mecanismos de cooperação como instrumentos de pressão diplomática em um momento de desgaste do multilateralismo.

Mesmo diante dessas restrições, a delegação brasileira manteve participação ativa em uma série de reuniões e eventos paralelos, organizados em parceria com organismos multilaterais e sociedade civil. Foram discutidos temas como doenças não transmissíveis (DNTs), saúde mental, equidade, financiamento sustentável e fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde. O Brasil destacou suas boas práticas, com ênfase na Farmácia Popular, programa que garante acesso a medicamentos em um sistema de saúde de escala continental, frequentemente reconhecido como exemplo de política pública custo-efetiva e socialmente transformadora.

Segundo Letícia Cardoso, diretora do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde, a atuação brasileira reafirmou o compromisso histórico do país com o direito universal à saúde. Para ela, “a presença do Brasil nas discussões multilaterais continua sendo marcada por coerência técnica e compromisso político. O Sistema Único de Saúde segue sendo um exemplo de como é possível construir políticas universais, solidárias e baseadas em evidências, mesmo em contextos adversos.”

No cenário mais amplo da Assembleia, prevaleceu a preocupação com a crise de legitimidade e financiamento das instituições multilaterais. A redução dos aportes norte-americanos à ONU tem ampliado o protagonismo de atores privados e fundações filantrópicas, num movimento conhecido como filantropocapitalismo. Embora tragam novos recursos e visibilidade, esses agentes tendem a capturar pautas globais e condicionar prioridades públicas a interesses corporativos, o que representa um desafio para países em desenvolvimento que buscam preservar a autonomia de suas políticas de saúde.

O quarto encontro de alto nível sobre Doenças Não Transmissíveis e Saúde Mental reafirmou a centralidade desses temas na agenda global, mas expôs também os limites políticos e econômicos do multilateralismo. Apesar de as DNTs responderem por mais de 43 milhões de mortes anuais, a Declaração Política foi enfraquecida por vetos e disputas ideológicas. O bloqueio dos Estados Unidos à adoção por consenso, motivado por menções a gênero e direitos sexuais e reprodutivos, revelou a interferência de agendas conservadoras em processos técnicos. Além disso, propostas estruturantes, como a taxação de produtos nocivos e o enfrentamento da poluição do ar, foram diluídas pela pressão de setores industriais e pela omissão quanto aos combustíveis fósseis.

Ainda assim, a integração da saúde mental à agenda das DNTs foi considerada um avanço simbólico importante, conferindo legitimidade a uma pauta historicamente invisibilizada. Na programação paralela da OMS, com mais de 40 eventos, o Brasil participou de debates sobre obesidade, doenças neurodegenerativas, como a demência, hipertensão e os 20 anos da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Essas atividades reforçaram a necessidade de conectar saúde, justiça social e desenvolvimento sustentável, apontando para a urgência de mecanismos concretos de financiamento e responsabilização internacional.

Em um contexto de fragmentação global, a delegação brasileira reafirmou o compromisso do país com o fortalecimento do multilateralismo, a cooperação Sul-Sul e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) como modelo de referência para políticas universais. Mesmo diante de restrições políticas e diplomáticas, o Brasil manteve a posição de voz equilibrada e propositiva, enfatizando a importância da equidade e da solidariedade internacional como pilares de uma governança global em saúde.

Belém no centro da agenda climática internacional

A participação do Brasil na 80ª AGNU e na Semana do Clima reforçou seu protagonismo na diplomacia climática e na articulação política para a COP30, que será sediada em Belém. Em

seu discurso, o Presidente Lula enfatizou a urgência da agenda climática, vinculando-a diretamente à desigualdade estrutural entre as nações.

O argumento central foi que os países em desenvolvimento enfrentam a crise climática concomitantemente a outros desafios, enquanto as nações ricas consolidaram seu padrão de vida com base em duzentos anos de emissões históricas. Nesse contexto, a demanda por maior ambição, acesso a recursos e transferência de tecnologias foi apresentada não como caridade, mas como um imperativo de justiça climática.

Para materializar o compromisso brasileiro, foram destacados resultados concretos, como a redução do desmatamento na Amazônia pela metade nos últimos dois anos, e foi anunciada a proposta de criação do “Fundo Florestas Tropicais para Sempre” (TFFF), uma iniciativa que visa remunerar países pela manutenção de suas florestas, organizada em parceria com a ONU e o Banco Mundial.

Ainda durante o discurso, o Presidente da República, enfatizou a preocupação do Brasil sobre esse tópico, afirmando que o país já reduziu pela metade o desmatamento na região nos dois últimos anos e, além disso, a próxima política na agenda de desenvolvimento sustentável é a criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, para remunerar os países que mantêm suas florestas em pé⁶.

Segundo Pedro Mariano, da Assessoria Internacional do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), a agenda ambiental brasileira estruturou-se em três eixos principais: i) o Balanço Ético Global, ii) a consolidação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre e iii) o avanço dos compromissos climáticos assumidos em negociações anteriores.

Ainda no contexto da abertura da 80ª AGNU, a diplomacia brasileira das áreas de clima, meio ambiente e energia organizou eventos de alto nível voltados aos temas centrais da COP30 em Belém, que ocorrerá entre os dias 6 e 22 de novembro.

A sessão contou com a presença da vice-secretária-geral da ONU, Amina Mohammed, do presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, e de representantes de alto nível de diversos países, que manifestaram apoio à iniciativa e reconheceram seu caráter inovador para destravar recursos públicos e privados voltados à conservação florestal. A sala, com capacidade para 500

⁶<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-do-debate-geral-da-80a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>

peçoas, ficou lotada, reunindo chefes de Estado, ministros e líderes de organismos multilaterais.

Durante o evento, o presidente Lula anunciou o aporte inicial do Brasil de 1 bilhão de dólares, gesto recebido com entusiasmo e interpretado como convite à corresponsabilidade global pela preservação das florestas tropicais. Como explicou o diplomata Nelson Linhares, o fundo foge do modelo tradicional de doações, configurando-se como um mecanismo de investimento que combina retorno econômico e pagamento por hectare de floresta conservada. O TFFF utilizará recursos públicos para mobilizar capital privado, que será reinvestido no mercado financeiro. Os rendimentos obtidos serão divididos entre a remuneração dos investidores e o pagamento a países florestais que comprovarem a manutenção de suas áreas protegidas.

Linhares destacou ainda que o TFFF não está vinculado à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas nem a outros instrumentos multilaterais, o que lhe confere flexibilidade para inovar e contribuir para objetivos como regulação climática, proteção da biodiversidade e combate à pobreza por meio do uso sustentável dos recursos florestais.

Segundo Pedro Mariano, o fundo se insere em uma estratégia diplomática mais ampla do Brasil para fazer da COP30 a “COP da implementação”, voltada a transformar compromissos em ações concretas. Ele ressaltou que o país tem defendido a necessidade de revisão das NDCs, a construção de um roteiro global de transição energética justa e o avanço de metas de desmatamento zero, em diálogo constante com parceiros do Norte e do Sul Global.

Mariano lembrou também que o Balanço Ético Global, coordenado pelo MMA, reuniu seis encontros regionais entre junho e setembro de 2025, em Londres, Bogotá, Nova Déli, Adis Abeba, Sidney e Nova Iorque, com lideranças como Mary Robinson, Michelle Bachelet, Kailash Satyarthi, Wanjira Maathai, Aote Tong e Karenna Gore. Os relatórios resultantes foram entregues ao presidente Lula e à vice-secretária-geral Amina Mohammed e serão apresentados em um pavilhão temático na COP30, com exposições audiovisuais e debates sobre ética e corresponsabilidade climática.

Durante a Semana do Clima, o MMA também firmou um memorando de entendimento com o Estado da Califórnia, ampliando a cooperação em resíduos, biodiversidade, descarbonização e precificação de carbono. Para Mariano, a experiência californiana poderá inspirar a consolidação do mercado regulado de carbono brasileiro, hoje em fase de regulamentação.

A participação do Brasil, portanto, teve caráter político e simbólico, reafirmando compromissos ambientais ambiciosos e consolidando o país como ponte entre o Norte e o Sul

Global. Como resumiu Pedro Mariano, o sucesso da agenda brasileira em Nova Iorque reforçou “o protagonismo do Brasil na construção de uma diplomacia climática baseada em ética, equidade e resultados mensuráveis, em um momento em que o multilateralismo busca se renovar”.

Marina Pittella⁷, revelou que durante a Semana do Clima de Nova Iorque, o Brasil apresentou a proposta de criação da *Open Coalition for Compliance Carbon Markets*⁸, uma coalizão aberta voltada à cooperação entre países que estão implementando mercados regulados de carbono. A iniciativa busca harmonizar práticas, promover transparência e construir confiança entre os sistemas nacionais de precificação de emissões, fortalecendo a governança climática global e contribuindo para o cumprimento coletivo das metas do Acordo de Paris⁹.

Como explicou a diplomata Marina Pittella, “a proposta tem como objetivo reunir países que estão desenvolvendo seus marcos regulatórios de carbono, criando um espaço de troca técnica e política que favoreça a integridade ambiental e a coordenação internacional dos mercados”. A coalizão foi discutida em mesa-redonda de alto nível e em eventos paralelos realizados no âmbito da Semana, que serviram também para avaliar o progresso na implementação do Artigo 6 do Acordo de Paris.

Esse artigo define os mecanismos de cooperação internacional para a mitigação de emissões, incluindo instrumentos de mercado e abordagens não-mercadoológicas. Marina destacou que “o Brasil está em fase avançada de regulamentação do seu próprio mercado de carbono e pretende incorporar as abordagens cooperativas do Artigo 6 como parte das estratégias nacionais de cumprimento da NDC”, reforçando a convergência entre regulação doméstica e compromissos multilaterais¹⁰.

Os debates em Nova Iorque também abordaram as dificuldades enfrentadas pelos países na operacionalização plena do Artigo 6, como a falta de padronização entre sistemas, as lacunas de transparência na contabilidade de créditos e os riscos de dupla contagem. Nessas discussões, o Brasil foi reconhecido por defender uma abordagem equilibrada, que combine

⁷ Chefe do Núcleo de Coordenação de Contabilidade de Carbono (SECLIMA) e Negociadora de mercados de carbono/Artigo 6 na COP30.

⁸ <https://cop30.br/en/news-about-cop30/brazil-proposes-globalintegration-of-carbon-markets-at-cop30>

⁹ <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/o-que-e-a-cop>

¹⁰ <https://www.gov.br/planaltoestrategias/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/201ca-regulacao-do-mercado-de-carbono-foi-uma-aprovacao-importante-que-vem-ao-encontro-da-ndc-que-apresentamos-na-cop-29-ontem201d>

rigor ambiental com oportunidades de desenvolvimento sustentável e fortalecimento de capacidades institucionais.

Para Pittella, “a COP30 será uma ocasião central para consolidar a coordenação entre países e mostrar que os mercados de carbono podem ser instrumentos de cooperação justa, que alavancam recursos para a transição ecológica sem reproduzir desigualdades históricas”. A proposta da *Open Coalition* representa, assim, um passo importante na construção de um sistema global de carbono mais inclusivo, transparente e voltado à ação climática efetiva.

A participação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na Semana do Clima decorreu em estreita articulação com a presidência brasileira da COP30, reforçando o papel transversal do ministério na construção de soluções digitais que utilizem o poder indutor do Estado para a transição ecológica. Júlia Miras, gerente de projetos da Secretaria Executiva do MGI, explicou que a presença do ministério esteve fortemente vinculada à agenda de ação da COP30, organizada em seis eixos temáticos focados na implementação. Dentro dessa estrutura, dois objetivos se alinham diretamente às competências do MGI: o Objetivo 22, sobre compras públicas sustentáveis e alinhadas ao clima, e o Objetivo 27, voltado à infraestrutura pública digital, inteligência artificial e tecnologias digitais.

Durante a Semana, o MGI apresentou a versão preliminar dos seus “planos de aceleração de soluções”, desenvolvidos em parceria com organizações internacionais. Esses planos têm como propósito apoiar a implementação das metas climáticas e oferecer modelos de cooperação para governos e instituições interessadas em aderir a práticas inovadoras e sustentáveis de gestão pública.

Ao relatar as discussões, Júlia Miras destacou: “A Semana do Clima foi uma oportunidade para mostrar o que o Brasil já vem fazendo em termos de inovação pública e sustentabilidade, e também para convidar outros governos e organizações a construir conosco. A ideia é que essas soluções possam ser aceleradas e alavancadas globalmente, respeitando contextos e capacidades locais.”

No âmbito do plano de infraestrutura pública digital, o MGI participou de três eventos, incluindo o “Digital Day” organizado pela ONU, em que o debate se concentrou nos princípios de DPI Safeguards, um conjunto de diretrizes para garantir que as infraestruturas digitais públicas sejam implementadas de forma ética, com respeito aos direitos humanos e à proteção de dados pessoais. Miras observou que o objetivo do Brasil é “expandir o uso de

infraestruturas públicas digitais e fazer com que cada governo possa conhecer e adaptar soluções que já estão em prática, levando em conta segurança, transparência e inclusão”.

O Plano de Aceleração em Compras Públicas Sustentáveis foi apresentado em evento organizado pela Universidade de Oxford que discutiu como utilizar o poder de compras do Estado para diminuir as emissões e acelerar a descarbonização.

Com essa atuação, o Ministério da Gestão e da Inovação consolidou sua imagem como um ator estratégico na agenda global de clima e governança digital. A combinação entre inovação tecnológica e responsabilidade pública é hoje uma das principais contribuições brasileiras ao debate multilateral sobre sustentabilidade. Ao conectar transformação digital, capacidade estatal e inclusão social, o MGI reforça a ideia de que para garantir um futuro com justiça climática é fundamental investir no fortalecimento institucional dos países.

O multilateralismo em crise e a urgência da Agenda 2030

O Momento ODS, realizado anualmente desde a Cúpula dos ODS de 2019, tem como objetivo destacar ações inspiradoras em prol dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O evento apresenta iniciativas que promovem transformações em áreas como meio ambiente, igualdade de gênero e inovação. A edição de 2025 ocorre em um momento decisivo, restando apenas cinco anos para o cumprimento da Agenda 2030.

O Momento ODS simboliza um dos princípios centrais das Nações Unidas: o multilateralismo, entendido como a cooperação entre países com diferentes visões em busca da paz e do desenvolvimento. Entretanto, em um contexto de guerras, instabilidade política e desigualdades crescentes, esse princípio encontra-se ameaçado. Nesse cenário, o evento ganha ainda mais relevância ao promover debates interativos entre líderes mundiais de diversas regiões, incluindo África, Ásia, Europa, América Latina e Pequenos Estados Insulares, para avaliar o progresso e discutir estratégias para alcançar os ODS. Jovens e líderes sociais também participam, trazendo novas perspectivas e provocando reflexões sobre os desafios globais.

Em seu discurso de abertura, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, ressaltou a importância de cada avanço, por menor que pareça, lembrando que “cada ponto percentual, cada fração, cada decimal” conta. Ele destacou os obstáculos enfrentados pelos ODS, como as mudanças climáticas, a pandemia de COVID-19, o endividamento, os conflitos armados e a queda na assistência oficial ao desenvolvimento. Segundo dados da ONU News, apenas 35%

das metas estão no caminho certo, quase metade avança lentamente e 18% regrediram, evidenciando a urgência de ações concretas.

A gerente de projetos da Secretaria Executiva do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Júlia Miras, destacou a parceria entre o MGI, a presidência da COP30 e organismos internacionais como exemplo de como a administração pública pode contribuir para os ODS. Segundo ela, o Objetivo 22 da agenda da COP30, sobre compras públicas ligadas ao clima, se alinha ao ODS 12, que trata de consumo e produção responsáveis, ao incorporar critérios climáticos nas compras governamentais. Júlia também ressaltou a importância de garantir que as infraestruturas digitais públicas respeitem os direitos humanos e a proteção de dados pessoais, em consonância com o ODS 16, voltado à transparência e ao fortalecimento institucional.

As iniciativas descritas pela representante, como os planos de aceleração desenvolvidos em parceria com outras organizações e a promoção de colaborações entre governos, exemplificam o ODS 17, que incentiva parcerias eficazes entre os setores público, privado e a sociedade civil. Em suma, a colaboração global é o motor que impulsiona a agenda climática e digital, e o Momento ODS reafirma a necessidade de ações coordenadas e solidárias para transformar compromissos em resultados concretos.

A diplomacia dos bastidores: BRICS, IBAS e o papel do Brasil em um cenário de múltiplas presidências

Às margens da AGNU, a diplomata Carolina Costellini, Acting Sub-Sherpa da presidência brasileira do BRICS, apresentou um panorama abrangente sobre o papel do Brasil na coordenação dos trabalhos do grupo e nas articulações realizadas às margens do evento. Sua exposição evidenciou o protagonismo diplomático brasileiro em um ano de intensa atuação multilateral, no qual o país exerceu simultaneamente a presidência do BRICS e a liderança do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Durante a Semana de Alto Nível em Nova Iorque, as negociações concentraram-se nas reuniões de chanceleres do BRICS, presidida pela Índia, próxima a assumir a liderança do grupo, e na reunião do IBAS, conduzida pelo Brasil. As tratativas ocorreram em um contexto desafiador, já que o documento-base indiano foi negociado na sequência de duas recentes reuniões de líderes e com tempo limitado para consultas, exigindo o uso de linguagens e consensos previamente estabelecidos. Ainda assim, a delegação brasileira conseguiu preservar temas prioritários e inserir novas formulações na declaração final.

O IBAS destacou-se como um espaço complementar ao BRICS, permitindo avanços em temas fundamentais como a reforma das Nações Unidas. Essa flexibilidade, segundo a diplomata, decorre da configuração mais enxuta do grupo e da convergência natural entre Brasil, Índia e África do Sul, que compartilham desafios estruturais semelhantes. As negociações também se caracterizaram por uma intensa articulação informal, apelidada por Costellini de “diplomacia do café e do WhatsApp”, expressão que sintetiza a importância das conversas de bastidores na construção de consensos.

Ao analisar o papel do BRICS em meio à atual crise do multilateralismo, Costellini observou que o grupo nasceu, em 2009, para contestar um sistema internacional excludente, sem propor sua ruptura. O objetivo inicial era reformar o multilateralismo, não o substituir e, ironicamente, o BRICS, hoje, se vê na posição de defendê-lo, diante de uma erosão crescente da confiança nas instituições internacionais.

Outro ponto de destaque foi a recente expansão do BRICS, que elevou o número de membros e ampliou sua representatividade econômica e demográfica. Para Costellini, a ampliação fortalece o grupo no plano político, mas também impõe desafios à construção de consensos e à operacionalização da cooperação técnica, uma vez que novos países ainda se adaptam às dinâmicas internas e aos processos decisórios do bloco.

No âmbito da presidência brasileira, seis prioridades orientaram as ações do grupo: i) reforma da governança global; ii) inteligência artificial e governança digital; iii) financiamento climático; iv) cooperação em saúde, com ênfase nas chamadas doenças determinadas socialmente, associadas à pobreza e vulnerabilidade social; v) uso de moedas locais no comércio; e vi) desenvolvimento institucional do BRICS. Tais temas reforçam a vocação do grupo como espaço político e estratégico, voltado à articulação de agendas comuns entre países emergentes, e não como um acordo de natureza comercial.

A diplomata também destacou que fóruns como o BRICS e o G20 exercem papel essencial na construção de uma nova arquitetura de governança global, ainda que seus resultados nem sempre sejam imediatos ou tangíveis. Essas arenas multilaterais cumprem a função de aproximar burocracias, fortalecer o diálogo entre países e gerar redes de confiança capazes de sustentar a cooperação em longo prazo.

A participação brasileira nas atividades do BRICS e do IBAS às margens da AGNU, portanto, reafirmou o compromisso do país com a reforma das instituições multilaterais, a ampliação da cooperação Sul-Sul e a defesa de uma ordem internacional mais inclusiva e representativa. Em

um cenário de crescentes tensões geopolíticas e questionamentos sobre a eficácia do multilateralismo, o Brasil consolidou sua imagem como ator construtivo e articulador de consensos, atuando para equilibrar pragmatismo diplomático e ambição reformista no sistema internacional.

Entre Gaza e Kiev: a União Europeia diante das novas fronteiras da paz e da segurança global

O principal destaque europeu na 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas foi o reconhecimento formal do Estado da Palestina por parte do Reino Unido, da França, da Espanha, da Bélgica, de Malta, de Portugal e da Itália. O gesto, de grande repercussão diplomática, reacendeu o debate sobre a viabilidade da solução de dois Estados e reposicionou a Europa como ator relevante nas discussões sobre paz e segurança no Oriente Médio.

Segundo relatos de participantes presentes nas reuniões de bastidores, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, reagiu de forma direta e simbólica à decisão, afirmando que se tratava de “não mais que a obrigação” dos países europeus diante da prolongada crise humanitária e da urgência em assegurar o direito à autodeterminação do povo palestino. A fala de Guterres foi interpretada como um chamado à responsabilidade moral e política das potências ocidentais, sobretudo diante da paralisia do Conselho de Segurança e do agravamento das condições em Gaza.

A decisão europeia, contudo, provocou reações imediatas e polarizadas. O ex-presidente norte-americano Donald Trump criticou duramente a medida, acusando a Europa de estar sendo “arruinada” pela migração e pela agenda climática, que classificou como um “embuste”. Em sentido oposto, líderes como Marcelo Rebelo de Sousa e Pedro Sánchez defenderam publicamente o reconhecimento da Palestina como passo indispensável para a paz, reiteraram o apelo por um cessar-fogo imediato em Gaza e reafirmaram compromissos com políticas internacionais de igualdade de gênero, justiça social e direitos humanos.

O episódio evidenciou as divisões crescentes entre os aliados transatlânticos e a tentativa da União Europeia de recuperar protagonismo em um cenário de fragmentação global, no qual a diplomacia multilateral busca afirmar relevância diante da competição entre grandes potências e da crise prolongada no sistema internacional de governança.

O discurso mais contundente veio do presidente ucraniano Volodymyr Zelenski, que denunciou a ineficácia da ONU diante das guerras e alertou para a corrida armamentista

impulsionada pela inteligência artificial e pelo uso crescente de drones. Em paralelo, Trump e Zelenski se reuniram à margem da Assembleia: o norte-americano defendeu a continuidade da resistência ucraniana, mas pressionou a Europa a interromper totalmente a importação de petróleo e gás russos. Em resposta, a Comissão Europeia anunciou planos de tarifar as importações ainda feitas via Hungria e Eslováquia, além de acelerar a eliminação dos combustíveis fósseis russos até 2027.

O tema da segurança ganhou novo peso com o aumento de avistamentos de drones não identificados em países como Alemanha, Dinamarca e Noruega e com a violação do espaço aéreo da Estônia por caças russos. A reação imediata foi o anúncio da criação de um “muro antidrones” no flanco leste da União Europeia, com tecnologia de detecção e interceptação inspirada na experiência ucraniana.

No campo econômico, a Comissão Europeia relançou o Acordo UE–Mercosul em dois blocos, um comercial e outro político, tentando superar resistências históricas. Ainda assim, países como França, Itália e Polônia, além de setores agrícolas e organizações ambientais, mantêm oposição firme, temendo concorrência desleal e enfraquecimento de padrões sanitários e ambientais. O tarifaço norte-americano e a aproximação estratégica entre China e Rússia adicionam complexidade ao cenário comercial, tornando as negociações ainda mais delicadas.

Internamente, a França vive uma profunda crise política e social, marcada por protestos contra a austeridade, déficit fiscal recorde e a substituição do primeiro-ministro pela quarta vez em dois anos. A impopularidade de Emmanuel Macron alimenta o avanço da extrema-direita e aprofunda a fragmentação parlamentar. No leste europeu, a Moldávia sinaliza fortalecimento pró-União Europeia após a vitória eleitoral do partido Ação e Solidariedade (PAS), contrastando com o avanço russo na Ucrânia e a crescente sensação de insegurança regional.

Em meio a essas tensões, a União Europeia buscou reafirmar sua coesão política e seus valores fundacionais. Em seu discurso, o presidente do Conselho Europeu, António Costa, destacou a supranacionalidade do bloco, a defesa da paz e do bem-estar coletivo e a importância do diálogo multilateral. Costa enfatizou a necessidade de coexistência pacífica entre Israel e Palestina, reiterou o apoio à Ucrânia e abordou a regulamentação ética da inteligência artificial, a implementação do Acordo de Paris e o programa Global Gateway, voltado a investimentos sustentáveis em infraestrutura verde. Também destacou o Compromisso de Sevilha, firmado em junho de 2025, que estabelece um roteiro global de financiamento sustentável — curiosamente, sem a adesão dos Estados Unidos.

Perspectivas e Desafios

A 80ª AGNU e a Semana do Clima de 2025 configuraram um retrato preciso das contradições do nosso tempo: a coexistência entre avanços significativos na agenda multilateral e o agravamento das disputas geopolíticas que ameaçam a cooperação internacional. Os debates revelaram um sistema em busca de reinvenção, pressionado por crises simultâneas: ambiental, política, sanitária e econômica, que testam a capacidade das instituições globais de responder de forma coordenada e solidária.

No campo político, a reforma do Conselho de Segurança voltou ao centro das atenções, reafirmando tanto a urgência de atualização da governança internacional quanto os entraves estruturais que paralisam o sistema decisório da ONU. A defesa brasileira por um multilateralismo mais representativo, articulada em foros como o IBAS e o BRICS, reforçou o papel do país como mediador entre diferentes polos de poder.

Na área da saúde, a participação da delegação brasileira demonstrou resiliência institucional e compromisso técnico, mesmo em meio a tensões diplomáticas. O Brasil reafirmou a relevância do SUS como modelo universal, solidário e baseado em evidências e se manteve entre as poucas vozes a defender a centralidade da equidade, da saúde mental e da sustentabilidade financeira dos sistemas nacionais no debate global.

A diplomacia climática brasileira, por sua vez, consolidou-se como eixo de projeção internacional. Com a proposta do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, o Balanço Ético Global e a preparação para a COP30, o país apresentou iniciativas que conciliam ambição ambiental e pragmatismo econômico. Belém foi colocada no mapa do multilateralismo climático como palco de um novo pacto entre justiça, ética e desenvolvimento sustentável.

O Momento ODS, realizado paralelamente à Assembleia, reiterou que a Agenda 2030 enfrenta seu maior desafio: com apenas 35% das metas em andamento, o multilateralismo precisa de ações concretas para não se reduzir a retórica. Nesse contexto, a participação do Ministério da Gestão e da Inovação destacou como a transformação digital e as compras públicas sustentáveis podem ser instrumentos de aceleração climática e de fortalecimento institucional, alinhando inovação, ética e sustentabilidade.

Nas articulações de bastidor, a atuação do Brasil na coordenação do BRICS e do IBAS confirmou o protagonismo de sua diplomacia técnica. Ao mesmo tempo, o cenário europeu, com o reconhecimento da Palestina e o debate sobre segurança, expôs as fraturas do Ocidente e a

busca da União Europeia por uma identidade política coerente em tempos de guerra, austeridade e transição energética.

A AGNU 2025, portanto, escancarou o dilema do presente: cooperação e polarização avançam lado a lado. Houve cooperação nos compromissos climáticos, na regulação da inteligência artificial e na saúde global; mas também polarização entre Estados Unidos e China, impasses Norte-Sul sobre financiamento e clima e divisões na Europa em torno da paz e da segurança.

Em última instância, a Assembleia reforçou a ONU como espaço indispensável de diálogo, mas também evidenciou seus limites diante de um mundo em transição. Para o Brasil, o evento foi uma vitrine e um teste — de credibilidade, consistência e liderança. O país emerge como ponte entre agendas e regiões, mas o verdadeiro desafio será converter o prestígio diplomático em resultados mensuráveis, capazes de consolidar sua imagem como ator confiável, ético e reformista na reconstrução de um multilateralismo mais justo e efetivo.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *13º Encontro da Comissão Ministerial Trilateral do IBAS – Comunicado Conjunto de Imprensa*. 26 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/13o-encontro-da-comissao-ministerial-trilateral-do-ibas-comunicado-de-imprensa>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Reforma do Conselho de Segurança da ONU*. 29 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/paz-e-seguranca-internacionais/organizacao-das-nacoes-unidas/conselho-de-seguranca-da-onu/reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *BRICS defende multilateralismo para enfrentar mudança do clima e pede aumento do financiamento vindo de países desenvolvidos*. 06 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/brics-defende-multilateralismo-para-enfrentar-mudanca-do-clima-e-pede-aumento-do-financiamento-vindo-de-paises-desenvolvidos>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. *Discurso do presidente Lula na abertura do Debate Geral da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. 23 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-do-debate-geral-da-80a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lula: “BRICS é o novo nome da defesa do multilateralismo”. Brasília: Planalto, 08 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/09/lula-201cbrics-e-o-novo-nome-da-defesa-do-multilateralismo201d>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Vice-Presidência da República. “A *regulação do mercado de carbono foi uma aprovação importante que vem ao encontro da NDC que apresentamos na COP 29 ontem*”. 14 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planaltoestrategias/pt-br/vice-presidencia/central-de-conteudo/noticias/201ca-regulacao-do-mercado-de-carbono-foi-uma-aprovacao-importante-que-vem-ao-encontro-da-ndc-que-apresentamos-na-cop-29-ontem201d>. Acesso em: 16 out. 2025.

COP30 BRASIL. *O que é a COP?* 1 abr. 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/o-que-e-a-cop>. Acesso em: 16 out. 2025.

COSTA, António. *Discurso do presidente António Costa na 80.ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Conselho Europeu, 25 set. 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2025/09/25/speech-by-president-antonio-costa-at-the-80th-united-nations-general-assembly/>. Acesso em: 16 out. 2025.

D’AURIA, Maiva. Brazil proposes global integration of carbon markets at COP30. *COP30*, 07 out. 2025. Disponível em: <https://cop30.br/en/news-about-cop30/brazil-proposes-global-integration-of-carbon-markets-at-cop30>. Acesso em: 16 out. 2025.

MOLINA, Leandro. Boletim G20 Ed. 273 – No G20, Lula defende reforma urgente da governança global. *G20 Brasil*, 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/g20/pt-br/noticias/boletim-g20/boletim-g20-ed-273-no-g20-lula-defende-reforma-urgente-da-governanca-global>. Acesso em: 16 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. *Conflito em Gaza: alto-comissário da ONU condena ataques mortais a civis que aguardavam ajuda*. internacionaldaamazoniacoms.com. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/06/1849756>. Acesso em: 16 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. *Prioridades das Nações Unidas para 2025*. 16 jan. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/287496-prioridades-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-para-2025>. Acesso em: 16 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. *SDG Moment (22 setembro 2025)*. 2025. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sdg-moment/>. Acesso em: 16 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. UN’s Guterres to world leaders: Choose peace and cooperation over chaos. *UN News*, 23 set. 2025. Disponível em: [dppa.un.org, https://news.un.org/en/story/2025/09/1165918](https://news.un.org/en/story/2025/09/1165918). Acesso em: 16 out. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). *UNEP at the 80th Session of the UN General Assembly*. 2025. Disponível em: <https://www.unep.org/events/summit/unep-80th-session-un-general-assembly>. Acesso em: 16 out. 2025.

SOUTO, Mayara. Brics aprova 1ª recomendação sobre financiamento climático rumo à COP 30. *Agência Gov*, 29 mai. 2025. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202505/brics-aprova-primeira-recomendacao-sobre-financiamento-climatico-rumo-a-cop30>. Acesso em: 16 out. 2025.

ONU. Nações Unidas. Prioridades das Nações Unidas para 2025: Discurso de António Guterres. Nações Unidas Brasil, [s. l.], 16 jan. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/287496-prioridades-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas-para-2025> . Acesso em: 15 out. 2025.

GOVERNO FEDERAL. Ministério das Relações Exteriores. Reforma do Conselho de Segurança da ONU. Conselho de Segurança da ONU, [s. l.], 29 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/paz-e-seguranca-internacionais/organizacao-das-nacoes-unidas/conselho-de-seguranca-da-onu/reforma-do-conselho-de-seguranca-da-onu> . Acesso em: 15 set. 2025.

G20 BRASIL 2024. Boletim G20 Ed. 273 - No G20, Lula defende reforma urgente da governança global: O presidente brasileiro criticou o veto no Conselho de Segurança da ONU e propôs taxaço de super-ricos para combater desigualdades e crises globais. “A globalização neoliberal fracassou”.. Boletim G20, [s. l.], 18 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/g20/pt-br/noticias/boletim-g20/boletim-g20-ed-273-no-g20-lula-defende-reforma-urgente-da-governanca-global> Acesso em: 16 out. 2025

GOVERNO FEDERAL. Ministério das Relações Exteriores. 13º Encontro da Comissão Ministerial Trilateral do IBAS - Comunicado Conjunto de Imprensa. NOTA À IMPRENSA Nº 453, [s. l.], 26 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/13o-encontro-da-comissao-ministerial-trilateral-do-ibas-comunicado-de-imprensa>. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. 13º Encontro da Comissão Ministerial Trilateral do IBAS – Comunicado Conjunto de Imprensa. 26 set. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/13o-encontro-da-comissao-ministerial-trilateral-do-ibas-comunicado-de-imprensa>. Acesso em: 16 out. 2025.

CALONGE VELÁZQUEZ, Antonio (Dir.). Derecho básico de la Unión Europea. Granada: Comares, 2017.

CONSELHO EUROPEU. Speech by President António Costa at the 80th United Nations General Assembly. 25 set. 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2025/09/25/speech-by-president-antonio-costa-at-the-80th-united-nations-general-assembly/>. Acesso em: 16 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. “ONU reforça necessidade de acelerar esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030”. 24 jun. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/06/1849756>. Acesso em: 16 out. 2025.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). UNEP 80th Session UN General Assembly. 2025. Disponível em: <https://www.unep.org/events/summit/unep-80th-session-un-general-assembly>. Acesso em: 16 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Sustainable Development Goals – SDG Moment. 2025. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sdg-moment/>. Acesso em: 16 out. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. ONU News. “UN chief: only five years left to achieve the SDGs, but hope remains”. 20 set. 2025. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2025/09/1165918>. Acesso em: 16 out. 2025.